

ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS(AS) EM CURSOS DE GRADUAÇÃO: AÇÕES DE GESTÃO

Emyle dos Santos Santos ¹

RESUMO

O presente artigo discorre sobre as ações de inclusão para discentes surdos(as) na graduação sob a perspectiva da gestão dos cursos. Optou-se por essa temática pela compreensão dos colegiados como o primeiro ponto de contato entre os discentes e a instituição, bem como interlocutor entre discentes e docentes. Além disso, notou-se a baixa quantidade de documentos com exemplos práticos de ações de inclusão. Assim, apresenta-se o relato de experiência na gestão de colegiado mediante o ingresso da primeira discente Surda do curso de graduação de uma universidade pública. Baseado no levantamento do seu perfil, competências, habilidades e observação da experiência acadêmica da discente surda, coloca-se a seguinte problematização: como proporcionar a inclusão da discente e um melhor aproveitamento acadêmico? Como instrumentalizar os docentes que a receberão em suas disciplinas? Quais estratégias utilizar para favorecer a participação da discente surda junto aos seus pares ouvintes? Como proporcionar experiências de aprofundamento de português e interpretação de texto sem sobrecarregar ou estigmatizar a discente surda? Considerando esta problematização, propõe-se como objetivos: assegurar a inclusão da discente surda no processo educacional em nível de graduação, considerando seu contexto individual, suas habilidades e questões linguísticas e garantindo seu direito de expressão; estimular o estreitamento das relações de troca e aprendizado entre todos os discentes, surdos e ouvintes; e proporcionar adaptações dos conteúdos das disciplinas favorecendo a experiência formativa aprofundada de todos os discentes. Na tentativa de responder a essas demandas, apresenta-se um Plano de Ação Pedagógica voltado para o colegiado do curso, visando eliminar as barreiras no processo de inclusão da discente. Para tanto, foram utilizados como referenciais teóricos os trabalhos de Santana (2016) e Bisol, Valentini, Simioni, Zanchin e Dinham (2010) que abordam a inclusão de alunos surdos em cursos de graduação.

Palavras-chave: Gestão inclusiva, Educação inclusiva, Ensino superior, Estudante surdo.

INTRODUÇÃO

O acesso ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado, incluindo a educação superior, é garantido por um conjunto de políticas públicas, onde se destaca a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015), que no capítulo IV discorre sobre o direito à educação e a garantia de igualdade de oportunidades e condições de aprendizado similar às demais pessoas.

A implementação desse direito conta com a oferta de serviços e recursos de acessibilidade, projeto pedagógicos em constante atualização atentando para as adaptações de conteúdos e avaliação, docentes em processo de formação continuada, acesso a tecnologias

¹ Doutora em Artes Visuais (PPGAV); Docente da Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - BA, emyles@ufba.br.

assistivas e núcleos de atendimento educacional especializado (criados mediante Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011). Entretanto, apesar da sua grande contribuição, deve-se atentar que tais núcleos geralmente são subordinados a outros setores dentro das IES, muitas vezes não possuem orçamento próprio tão pouco recursos humanos em quantidade suficiente para o atendimento à comunidade acadêmica.

Além disso, cabe destacar que, a Lei Brasileira de Inclusão responsabiliza o Estado, a família, a sociedade e a comunidade escolar pelo dever de assegurar a educação de qualidade a pessoa com deficiência (PCD), contudo, o que ainda fica bastante esparso é a responsabilidade de cada um dos agentes no processo de educação, possibilitando a crença equivocada de que a IES deve realizar a inclusão dos discentes sozinha, ou pior ainda, que o docente é o responsável por fazê-lo. Corroborando com esse ponto, Martins (2022, p.144) afirma: “A inclusão não é atributo apenas desses núcleos ela - a inclusão – deve transversalizar, perpassar todas as ações e instâncias da gestão superior, impactando em todos os setores e instâncias, criando uma cultura inclusiva em cada gesto produzido.”

Na educação básica (que inclui educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) as medidas basilares para a inclusão são cumpridas, sobretudo na rede pública, que alvo de fiscalização direta da sociedade, contudo, no ensino superior, não é esse o cenário que se observa, havendo um longo caminho para a garantia de permanência dos discentes com deficiência. A soma desses fatores corrobora para que, infelizmente, cada PCD encontre uma série de entraves ao longo de sua formação acadêmica em nível superior, sejam elas barreiras urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais, linguísticas, tecnológicas e atitudinais. Portanto, propõe-se como objetivos nesse artigo:

- Evidenciar a necessidade de um olhar mais atento para a questão da inclusão educacional em nível superior, apontando a importância dos diversos agentes da educação se responsabilizarem nesse processo;
- Apresentar as possibilidades de ações inclusivas no que tange a coordenação de colegiado, apontando sua exequibilidade com baixos recursos;
- Propor ações que assegurem a inclusão de discentes com deficiência no processo educacional em nível de graduação, considerando seu contexto individual e suas habilidades, garantindo seu direito de expressão.

Nesse estudo foi definido como público-alvo a comunidade surda, portanto, serão abordadas as dificuldades mais comuns de tal público quando do ingresso em cursos de graduação. Esse recorte se dá pelo foco de interesse em apresentar um caso específico de ingresso de discente surda na graduação em uma universidade pública, bem como as ações a

serem desenvolvidas em prol da sua inclusão. Entendendo que as demandas dos discentes e docentes em geral chegam primeiro nos órgãos de gestão, nesse artigo, propõe-se que as ações para inclusão sejam direcionadas pelo Colegiado do Curso, que simboliza o primeiro ponto de contato entre os discentes e a instituição, e interlocutor entre discentes e docentes.

A relevância desse estudo se justifica pela necessidade de ampliar a responsabilização dos agentes do processo educacional, não apenas o pedagogo, os núcleos de atendimento educacional especializado ou os docentes. Outra justificativa é a experiência pessoal como gestora de colegiado e docente recebendo sua primeira discente surda na graduação. Finalmente, importa demonstrar sugestões relativamente simples de planejamento e gestão que podem trazer benefícios significativos para inclusão do discente surdo.

Em termos de abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, uma vez que objetiva compreender um fenômeno social e utiliza como procedimentos, a revisão bibliográfica e o relato de caso, tendo como resultado uma proposta de experimentação prática, no formato de Plano de Ação Pedagógica. Foram utilizados como referenciais teóricos os trabalhos de Santana (2016) e Bisol, Valentini, Simioni, Zanchin e Dinham (2010) sobre as demandas de inclusão de alunos surdos em cursos de graduação.

Os resultados evidenciam a possibilidade de implementação de ações de inclusão a serem realizadas sem a mobilização de recursos humanos e materiais significativos, se configurando em uma opção viável para IES.

RELATO DE CASO

Para o desenvolvimento do estudo, utilizou-se o relato de caso, onde os dados foram adquiridos a partir da vivência docente do magistério superior, bem como no exercício da gestão de colegiado na graduação. Importa ressaltar que os dados da discente serão preservados apontando apenas as características do caso, as barreiras percebidas e as propostas de solução. A compreensão ampliada do fenômeno foi corroborada por meio do referencial teórico. A partir da síntese das informações, foi realizado o diagnóstico com as principais demandas de inclusão, atentando para a viabilidade das ações propostas, pois, sendo uma universidade pública, alguns recursos são limitados. Apresenta-se a seguir o caso de uma discente surda bem como as problemáticas observadas em seu processo de inclusão, seguido do diagnóstico.

O caso observado é de uma mulher surda desde o nascimento, integrante de uma família ouvinte, onde sua mãe aprendeu a se comunicar em Libras. Ela é bilíngue, tendo proficiência em escrita e leitura em português, além significativa leitura labial e pronúncia de alguns

fonemas. Sua trajetória formativa formal se deu em escolas regulares da rede pública de sua cidade, frequentando uma classe composta só com discentes surdos, cerca de 10 alunos e professora especializada em Libras, e, a partir do ensino médio, passou a cursar a classe mista, sempre com o suporte de intérpretes de Libras, pois, apesar de fazer leitura labial, esse não é um recurso para o acompanhamento do conteúdo das disciplinas.

Para a formação superior ela escolheu um curso da Área V, a partir de sua percepção de habilidades com artesanato, manualidades e desenho em geral. Seu ingresso na universidade foi garantido por meio do vestibular e se deu durante o período de isolamento social na vigência da Pandemia de Covid-19. Assim, o início de sua experiência de graduação foi com aulas virtuais, demonstrando competência e comprometimento nas atividades propostas, com resultado compatível com o restante da turma.

Suas maiores dificuldades nesse primeiro momento foram: a ausência de intérpretes em alguns componentes curriculares; falta de sensibilidade, didática e preparo de alguns docentes para adaptação dos conteúdos das disciplinas, visto que ela é a primeira discente surda do seu curso de graduação. Outros aspectos notados na relação docente-discente foram a tendência de infantilização da discente em decorrência de sua condição linguística, e ainda o descrédito acerca de sua capacidade de acompanhamento dos conteúdos das disciplinas. Apesar de bilíngue, a discente apresentava nesse primeiro semestre, certa dificuldade de construção de texto e compreensão de terminologias específicas do curso.

Com o retorno às atividades presenciais a discente, que tem um perfil bastante sociável, passou a experienciar a universidade de maneira mais efetiva, buscando aperfeiçoar-se em Libras (cursando o componente optativo do curso), articulando-se com membros do Centro Acadêmico, ministrando oficinas de Libras e participando de atividades de Extensão Universitária. Tudo isso reverberou na sua tomada de consciência enquanto cidadã e membro da comunidade surda, fazendo-a se envolver em ações de mobilização em prol dos seus direitos na universidade, além de favorecer seu letramento em português. Infelizmente, o atendimento com intérprete de libras nem sempre foi integral e as adaptações de conteúdo não foram realizadas em todos os componentes os quais cursou.

DIAGNÓSTICO E PROBLEMATIZAÇÃO

Observa-se de imediato que a barreira linguística e a barreira atitudinal são as mais evidentes. Primeiro pela ausência dos intérpretes no atendimento integral a discente, impedindo a interação e a integração desta com seus pares ouvintes, pois, mesmo durante as atividades na

sala de aula, nota-se pouca interação entre os discentes ouvintes e surdos na ausência de intérpretes, e mesmo na presença destes, geralmente os assuntos se restringem a questões acadêmicas. Foster, Long e Snell (1999) *apud* Bisol, Valentini, Simioni, Zanchin e Dinham (2010) apontam que essa situação não é rara, uma vez que os discentes surdos poucas vezes são incluídos voluntariamente nas interações informais de estudantes ouvintes, e por isso acabam perdendo parte importante de conteúdos, trocas de referências, dicas de estudo, regras informais de organização da sala e comportamentos esperados naqueles espaços que frequentam.

Essa barreira ocasiona uma perda significativa para os discentes, pois retira a possibilidade do aprendizado entre os pares, modalidade de troca fundamental para a integração e criação de vínculos. Além disso, o aprendizado entre os pares pode proporcionar a compreensão ampliada de um conceito pelo fato de ser explicado por seu semelhante com exemplos mais concretos e tangíveis.

A barreira atitudinal se manifesta também na ausência de empatia por parte de alguns docentes acerca da necessidade de adequação dos conteúdos, sobre a cultura da comunidade surda e a importância da presença de intérpretes para a garantia do direito de participação da discente na totalidade das aulas. Finalmente, ressalta-se a necessidade de aprofundamento em leitura e escrita em português, o que não se restringe aos discentes surdos.

Outras dificuldades apontadas na literatura por Santana (2016) e Foster, Long e Snell (1999) *apud* Bisol, Valentini, Simioni, Zanchin e Dinham (2010) para a inclusão de discentes surdos na graduação são: desconhecimento sobre a variedade de perfis de discentes surdos e com deficiência auditiva (muitos supõem ser um grupo homogêneo com demandas iguais); falta de preparo do docente sobre a condução de aula com a presença de alunos surdos e com deficiência auditiva; ausência de planejamento da posição do docente e dos discentes na sala de aula, evitando quebra de contato visual e movimentação excessiva na aula, bem como ausência de planejamento/previsão de espaço adequado para alocação dos intérpretes de Libras; divisão da atenção do discente surdo (que às vezes têm que olhar para o quadro, para o(a) professor(a) e para o(a) intérprete de libras); baixa experiência de leitura e escrita em português entre os discente recém-ingressos em cursos de graduação e a necessidade de atenção institucional acerca do aperfeiçoamento da proficiência em leitura e escrita destes discentes.

Frente às demandas, coloca-se a seguinte problematização: Como proporcionar a inclusão de discentes surdos e seu aproveitamento acadêmico no curso de graduação? Como auxiliar os docentes que os receberão em seus componentes curriculares? Quais estratégias utilizar para favorecer a participação dos discentes surdos junto aos seus pares ouvintes? Como

proporcionar experiências de aprofundamento na língua portuguesa (leitura, escrita e interpretação de texto) sem sobrecarregar ou estigmatizar os discentes surdos?

PROPOSTA: PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICA

Diante do diagnóstico e da problematização apresentados, propõe-se a elaboração de um Plano de Ação Pedagógica direcionado para os Colegiados dos Cursos, considerando como público-alvo os discentes surdos ingressantes em curso de graduação. Como já mencionado, optou-se por essa instância por entender que possui mecanismos para propiciar ações de inclusão, visto que atua no planejamento e oferta das disciplinas, atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), orientação acadêmica etc.

As demandas foram separadas por tipologia, sendo elencadas três categorias principais de ações: acolhimento da discente; sensibilização dos agentes educacionais; apoio para inclusão, visto que o que mais carece de ser vencido é a barreira atitudinal. As ações foram pensadas visando proporcionar a recepção a discente, com espaço para escuta de suas demandas específicas; estreitamento das relações de troca entre os discentes; adaptação dos espaços e dos componentes curriculares favorecendo a experiência formativa; e capacitação dos docentes, gestores e técnicos administrativos em educação.

Tabela 01 – Plano de Ação Pedagógica

PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICA – COLEGIADO DO CURSO				
HABILIDADES A DESENVOLVER	ESTRATÉGIA	ATIVIDADE PROPOSTA	RESPONSÁVEL	RESULTADO ESPERADO
Acolhimento da discente e sua família.	Sondagem de conhecimentos prévios.	Entrevista informal e mapa mental para escuta sensível de trajetória e objetivos. Pode-se incluir a família.	Coordenador(a) e Vice-Coordenador(a) do Colegiado	Possibilitar maior atenção as demandas individuais da discente.
Empatia e respeito pela discente.	Sensibilização dos docentes, técnicos administrativos e demais funcionários acerca da comunidade surda e sua cultura.	Reunião de orientação semestral sobre a comunidade surda e o perfil da discente, suas habilidades e competências.	Coordenador(a) e Vice-Coordenador(a) do Colegiado	Engajamento e participação ativa dos agentes educacionais no processo de inclusão.
Ampliação de repertório pedagógico atualizado.	Formação continuada dos docentes.	Proposição de curso de formação continuada sobre a inclusão	Coordenador(a) do Colegiado em interlocução com o Núcleo de	Engajamento e participação ativa dos agentes educacionais no



		educacional em nível superior.	atendimento educacional especializado	processo de inclusão.
Conhecimento sobre recursos de suporte às necessidades educacionais especiais no âmbito da universidade.	Orientação sobre os procedimentos institucionais.	Apresentação dos recursos de suporte da universidade para os alunos surdos.	Coordenador(a) do Colegiado junto ao núcleo de atendimento educacional especializado.	Possibilitar maior atenção do docente as demandas individuais dos discentes.
Atenção as demandas de inclusão dos discentes.	Diminuição do módulo de estudantes da disciplina onde a discente se matricular.	Prever prioridade na matrícula ou pré-matricula de alunos PCD visando dimensionar o módulo de alunos dos componentes curriculares.	Coordenador(a) do Colegiado deve solicitar aos Departamentos responsáveis pela alocação de vagas nas disciplinas.	Possibilitar maior atenção do docente as demandas individuais dos discentes.
Atenção as demandas de inclusão dos discentes; Ampliação da socialização da discente.	Aprendizagem entre pares; Monitoria em componente curricular.	Previsão de apoio com a presença de monitor(a) bolsista ou voluntário(a).	Docentes em interlocução com Departamentos, Núcleos responsáveis por disciplinas e Gestão/Direção da unidade educacional.	Garantir mais um ponto de apoio a discente e ao docente, além de favorecer a formação do monitor.
Comunicação efetiva entre surdos e ouvintes.	Eliminação/mini mização de barreiras arquitetônicas.	Orientar os docentes sobre especificidades da comunicação com pessoas surdas e o impacto das barreiras visuais no ambiente. Criar condições para visualização dos interlocutores.	Coordenador(a) do Colegiado.	Diminuição da perda de informações na comunicação em sala de aula.
Ampliação da comunicação em Libras na unidade educacional entre os discentes.	Orientação acadêmica.	Apresentação do conjunto de optativas do curso dando ênfase ao componente curricular de Libras.	Coordenador(a) do Colegiado, secretários(as) do Colegiado, orientadores acadêmicos.	Ampliação das possibilidades de comunicação da discente.
Ampliação da comunicação em Libras na unidade educacional incluindo o corpo docente e técnico administrativo.	Oficina de Libras combinada com tecnologias assistivas.	Proposição de oficinas de Libras para técnicos administrativos, docentes e gestores da unidade. Apresentação de opções de tecnologia assistiva (aplicativos de tradução simultânea, aplicativos de transcrição de áudio em texto).	Coordenador(a) do Colegiado em interlocução com o Núcleo de atendimento educacional especializado.	Ampliação das possibilidades de comunicação da discente surda.
Aquisição de vocabulário em português para a discente surda;	Apoio educacional especializado.	Solicitação de apoio do Núcleo de atendimento educacional especializado para	Núcleo de atendimento educacional especializado.	Compreensão de interpretação de texto;

Ampliação de estratégias de expressão.		aprofundamento da leitura e escrita.		Compreensão conceitual aprofundada.
--	--	--------------------------------------	--	-------------------------------------

Fonte: Desenvolvido pela autora com base em pesquisas (2024)

A primeira ação diz respeito a acolhimento, visando conhecer a discente e seus objetivos através de uma entrevista semiestruturada e um exercício de sondagem, o mapa mental. Nesse momento a discente poderá correlacionar desenhos, palavras e imagens que apontem indícios do seu repertório e suas expectativas para o curso de graduação, bem como a futura atuação profissional. Essa escolha visa abrir um canal de comunicação direta com a discente (e se necessário, com sua família), evidenciando o interesse da IES em seu perfil, demonstrando que valoriza e reconhece suas características individuais e confere o protagonismo que lhe é de direito no processo educacional.

Entendendo que grande parte das dificuldades na inclusão perpassam pela barreira atitudinal, propõe-se despertar o sentimento de respeito e empatia pela comunidade surda, atrelado a capacitação e instrumentalização docente para dar subsídio e apoio a práticas inclusivas. A sugestão é a realização de encontros pedagógicos semestrais e cursos periódicos de formação continuada sobre a inclusão educacional em nível superior. Essas ações devem contar com o apoio do Núcleo de atendimento educacional especializado para aproximar o docente dos recursos da universidade voltados para o apoio a inclusão.

Dentro desse grupo de ações de orientação docente, propõe-se adoção de algumas abordagens, mesmo sabendo que tais adaptações são atividades de cunho pedagógico e de competência dos núcleos de apoio pedagógico, sugere-se que a coordenação do Colegiado aponte aos docentes a necessidade de implementação de exercícios de sondagem para os discentes no início de cada semestre, algo que possibilite situar o docente quanto aos recursos existentes, as limitações, as habilidades, o repertório individual, o contexto sociocultural e outras características necessárias ao desenvolvimento das atividades em sala de aula. Por outro lado, importa perceber também o estilo de aprendizagem individual dos alunos, e mesmo ter subsídio para elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI).

Sobre a compreensão dos contextos individuais, importa destacar a necessidade de incorporação de temas relacionados aos interesses dos discentes, abrangendo a discente surda (como preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no Capítulo IV, Art. 28, inciso XIV), objetivando maior adesão a tarefa por familiaridade com os temas; e o letramento sobre a temática da deficiência e a inclusão.

Posteriormente, as ações são voltadas ao planejamento da oferta de disciplinas, com ações de pré-matrícula ou matrícula prioritária visando diminuir quantidade de alunos por sala nas disciplinas em que a discente surda se matricular. A ideia é favorecer as atividades em grupos menores de discentes, que possam ser tutorados pelo docente regente e por um(a) monitor(a) de graduação – que deve ser solicitado pelo Colegiado junto a Direção em todas as disciplinas que a discente surda quiser se matricular. A diminuição do módulo de estudantes viabiliza com conforto a presença dos intérpretes de Libras, que trabalham aos pares para o revezamento e de um(a) monitor(a) de graduação.

Passando para as ações no ambiente, importa diminuir as barreiras arquitetônicas dos espaços de aula através do planejamento do layout de cadeiras de modo a ampliar o campo de visão da discente surda. A posição assumida dependerá da dinâmica da aula e a expectativa de participação dos discentes, contudo, deve-se levar em consideração a necessidade de manter a frontalidade e, se possível, proximidade da discente surda com o(a) docente ou orador(a), além de prever a presença dos intérpretes de Libras em revezamento, a fim de evitar que a discente tenha que dividir a atenção entre dois pontos focais.

Ainda quanto ao ambiente, é importante orientar os docentes sobre as melhores posições assumidas, como apontado por Bisol, Valentini, Simioni, Zanchin e Dinham (2010), evitando movimentações e rotações enquanto falam, além de sugerir aos docentes o planejamento de utilização de um recurso didático de cada vez (quadro, imagens, projeção etc.) evitando a perda de informação para a discente surda.

Outras ações não relacionadas diretamente ao ambiente, mas sim ao desenvolvimento da aula, são: consultar a discente surda sobre o acompanhamento do conteúdo explanado; enviar previamente o material textual visando ampliar o tempo para leitura, pesquisa e interpretação individual; elaborar material de aprofundamento (um conjunto de documentos disponibilizado pelo docente em diferentes suportes e linguagens, como vídeos, textos, imagens, reportagens etc.); e disponibilizar material de apoio escrito detalhado sobre o conteúdo da aula ministrada.

Nessas ações o monitor de graduação poderá auxiliar, tanto elaborando os textos de resumo das aulas, como pesquisando material de apoio para complementar os conteúdos abordados, ou mesmo tirando dúvidas. Todo o material gerado poderá auxiliar tanto a discente surda, já que ela nem sempre consegue escrever enquanto assiste a aula e acompanha o conteúdo em Libras, como também auxiliará os discentes ouvintes que desejarem material de apoio para revisar o conteúdo posteriormente, ou material de aprofundamento. Além da ação do monitor favorecer o aprendizado entre pares.

Entendendo que a inclusão depende de uma mudança de paradigma, onde não apenas o professor, mas também os discentes ouvintes, funcionários e gestores sejam conscientizados sobre o seu lugar de privilégio e a necessidade criar formas de interação que favoreça a discente surda na IES e na sociedade como um todo, as demais ações se voltam para o favorecimento da comunicação entre surdos e ouvintes (discentes e funcionários da unidade), bem como o estabelecimento de vínculos entre as pessoas, incentivado pela diminuição da barreira linguística.

Para os discentes, a estratégia será a orientação acadêmica, que já faz parte das ações do colegiado, buscando sensibilizar os discentes sobre a importância de aprender a segunda língua do país, através da disciplina optativa de Libras, atendendo ao Decreto nº 5.626, de 2005, que regulamenta tal inclusão em todas as matrizes curriculares de curso superior. Outra ação nesse sentido é a organização de oficinas de Libras voltadas para docentes, gestores técnicos administrativos e demais funcionários da unidade educacional.

Por último, as ações visam o letramento da discente surda em português, portanto, importa que os discentes surdos ampliem sua proficiência no segundo idioma. Essa ação deverá ser direcionada pelo Núcleo de atendimento educacional especializado em colaboração com o Colegiado do Curso. Sugere-se a realização de atividades que favoreçam a aquisição de vocabulário para facilitar a escrita, como jogos com pequenos textos, oficinas de leitura e interpretação de texto e intertexto ou textos com ilustrações, com temas de interesse da discente, como textos de redes sociais, notícias etc. Pois, como apontam Bisol, Valentini, Simioni, Zanchin e Dinham (2010) o sistema de aquisição de vocabulário da pessoa surda se dá pela memorização visual, diferente da pessoa ouvinte, assim, importa que essa via seja estimulada para melhoria da aquisição de vocabulário.

O Plano de Ação Pedagógica proposto tem duração de um semestre letivo e suas ações devem acontecer antes do começo do semestre letivo visando preparar todo o apoio que dará subsídio as ações do Colegiado. A princípio os recursos necessários serão aqueles já estabelecidos pela universidade, como, o Núcleo de apoio a necessidades educacionais especiais, salas de aula, televisor ou aparelho de projeção de imagens, quadros, mesas e cadeiras.

No quesito de recursos humanos, destaca-se a necessidade de vagas para monitoria, bem como a presença de Intérpretes de Libras capacitados e atualizados, como preconiza a legislação. Tal capacitação é fundamental pois dada a variedade de áreas de conhecimento e seus vocabulários específicos, o intérprete deve estar apto a traduzir/interpretar com fidedignidade o conteúdo apresentado pelo docente além de realizar acordos e criar sinais para

suprir a ausência de vocabulário específico em Libras para determinados termos específicos da área, evitando o uso excessivo do alfabeto datilológico, que pode interferir na comunicação rápida e efetiva da mensagem. (BISOL; VALENTINI; SIMIONI; ZANCHIN; DINHAM, 2010).

Serão utilizados como instrumentos de avaliação do Plano de Ação o questionário e o diário de campo a ser preenchido pelos discentes. Os questionários serão aplicados após a finalização do semestre e antes da matrícula do semestre seguinte, já o diário de campo será preenchido pelo discente ao longo do semestre e será entregue ao docente como parte do processo de autoavaliação.

Conclui-se que o ideal para uma boa aplicação do Plano de Ação, seria a criação de um Núcleo de apoio pedagógico com no mínimo um pedagogo e um intérprete de Libras em cada unidade, viabilizando um melhor atendimento para questões de cunho acadêmico e outras demandas de comunicação não acadêmicas também, contudo, essa ainda não é a realidade de todas as universidades públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ter cerca de 15 anos de vigência, ainda é necessário ampla difusão e aplicação efetiva na educação em nível superior. A proposta de um Plano de Ação Inclusivo voltado para o Colegiado do Curso parte do princípio de responsabilização de todos os agentes educacionais e demonstra ações economicamente viáveis que podem ser realizadas pela gestão, já que comumente apenas o docente fica encarregado das demandas de inclusão e assume também o papel de difusor da legislação entre os agentes educacionais.

Ainda há muito a se fazer, mas a princípio importa que os gestores estejam familiarizados com as possibilidades de apoio aos discentes com deficiência para subsidiar sua permanência na graduação, para tanto sugere-se três ações básicas: iniciar o processo de escuta do discente com deficiência, suas demandas, desejos e anseios; buscar educação continuada para capacitação dos docentes; e conhecer os recursos que a IES possui, como os Núcleos de Apoio e seu funcionamento, a sala de recursos multifuncionais e as tecnologias assistivas.

A escuta do discente com deficiência se destaca ainda pela necessidade de elaboração de um amplo diagnóstico da situação das PCD e seu processo formativo em nível superior. É preciso conhecer os discentes com deficiência e ter ciência de sua presença, saber números e os recursos que utilizam. Tais dados poderão fomentar a adoção de políticas públicas mais

alinhadas com a realidade. Finalmente, a PCD precisa ocupar todos os espaços e devem se sentir representadas e acolhidas.

REFERÊNCIAS

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; SIMIONI, Janaína Lazzarotto; ZANCHIN, Jaqueline; DINHAM, Robert. **Estudantes surdos no ensino superior**: reflexões sobre a inclusão. Cadernos de Pesquisa, [S.L.], v. 40, n. 139, p. 147-172, abr. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742010000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PWzSW9ZCtGWQFRztD85gQFN/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL (2015). **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 março 2024.

BRASIL (2011). **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília DF, 18 nov. 2011, Seção 1, Página 12. Diário Oficial da União, Brasília-DF, Edição Extra, 18 nov. 2011, Seção 1, Página 5 (Republicação). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL (2005). **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 8 maio 2024.

MARTINS, Joseane de Lima. **OS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS**: uma análise do norte brasileiro. 2022. 188 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Cap. 7. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/78986>. Acesso em: 2 maio 2024.

SANTANA, Ana Paula. **A INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**. Journal Of Research In Special Educational Needs, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 85-88, ago. 2016. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1471-3802.12128>. Acesso em 18 de março de 2023.